



## Serviços farmacêuticos voltados à alta hospitalar: potencialidades, limitações e estratégias para otimizar resultados

Pharmaceutical services aimed at hospital discharge: potential, limitations and strategies to optimize results

Servicios farmacéuticos dirigidos al alta hospitalaria: potencialidades, limitaciones y estrategias para optimizar resultados

Leonardo Coutinho Ribeiro<sup>1</sup>, Maressa de Carvalho Fragoso<sup>2</sup>, Tadeu Uggere de Andrade<sup>2</sup>.

### RESUMO

**Objetivo:** Discutir as potencialidades e limitações dos serviços farmacêuticos voltados à transição hospital-domicílio e estratégias para otimizar resultados. **Revisão bibliográfica:** Boas práticas no cuidado voltadas à alta hospitalar são importantes para evitar agravos aos pacientes e reincidência de internação decorrentes de problemas relacionados à farmacoterapia. Todavia, a implementação e execução de serviços clínicos direcionados à transição hospital-domicílio abrangem questões complexas que envolvem a disponibilidade de recursos humanos, colaboração interprofissional, alinhamento entre fluxos de trabalho e adequações às necessidades e particularidades das unidades de internação onde as ações do cuidado estão sendo praticadas. A integração planejada e estruturada de diferentes serviços farmacêuticos possibilita organizá-los numa disposição que oportunize acentuar as potencialidades da prática isolada de cada serviço e amenizar suas limitações, representando assim uma boa alternativa para otimizar os resultados do cuidado praticado na transição hospital-domicílio. **Considerações finais:** Esta abordagem visa a ampliar a discussão referente à integração de serviços farmacêuticos no cuidado voltado à alta hospitalar.

**Palavras-chave:** Cuidado farmacêutico baseado em evidência, Transição para assistência do adulto, Serviço de farmácia clínica, Conciliação de medicamentos, Assistência farmacêutica.

### ABSTRACT

**Objective:** To discuss the potential and limitations of pharmaceutical services related to the hospital-home transition and strategies to optimize outcomes. **Bibliographic review:** Good care practices for hospital discharge are important to avoid harm to patients and re-hospitalization due to problems related to pharmacotherapy. However, the implementation and execution of clinical services aimed at the transition from hospital to home involves complex issues related to the availability of human resources, interprofessional collaboration, alignment of workflows, and adaptation to the needs and specificities of the hospitalization units where the care actions are practiced. The planned and structured association of different pharmaceutical services makes it possible to organize them in a way that enhances the potential of each service's isolated practice and mitigates its limitations, thus representing a good alternative for optimizing the results of the care

<sup>1</sup> Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (HUCAM)/UFES/EBSERH, Vitória - ES.

<sup>2</sup> Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha – ES.

provided in the hospital-home transition. **Final considerations:** This approach aims to broaden the discussion regarding the integration of pharmaceutical services into care aimed at hospital discharge.

**Keywords:** Evidence-based pharmacy practice, Transition to adult care, Clinical pharmacy services, Medication reconciliation, Pharmaceutical services.

---

## RESUMEN

**Objetivo:** Discutir el potencial y las limitaciones de los servicios farmacéuticos orientados a la transición hospital-hogar y las estrategias para optimizar resultados. **Revisión bibliográfica:** Las buenas prácticas asistenciales orientadas al alta hospitalaria son importantes para evitar daños a los pacientes y recurrencias de la hospitalización derivadas de problemas relacionados con la farmacoterapia. Sin embargo, la implementación y ejecución de servicios clínicos orientados a la transición hospital-hogar abarcan cuestiones complejas que involucran la disponibilidad de recursos humanos, la colaboración interprofesional, la alineación entre los flujos de trabajo y adecuaciones a las necesidades y particularidades de las unidades de hospitalización donde se desarrollan las acciones asistenciales. La asociación planificada y estructurada de diferentes servicios farmacéuticos permite organizarlos en una disposición que permite acentuar el potencial de la práctica aislada de cada servicio y atenuar sus limitaciones, representando así una buena alternativa para optimizar los resultados de la atención practicada en la transición hospital-hogar. **Consideraciones finales:** Este abordaje tiene como objetivo ampliar la discusión sobre la integración de los servicios farmacéuticos en la atención dirigida al alta hospitalaria.

**Palabras clave:** Práctica farmacéutica basada en la evidencia, Transición a la atención de adultos, Servicio de farmacia en hospital, Conciliación de medicamentos, Servicios farmacéuticos.

---

## INTRODUÇÃO

Os medicamentos são recursos terapêuticos importantes para o tratamento de doenças, contudo, podem causar danos aos usuários e agravar comorbidades, principalmente, se utilizados de forma inadequada. Algumas circunstâncias ou condições clínicas tornam os indivíduos mais susceptíveis ao desenvolvimento de problemas relacionados à farmacoterapia e exigem, conseqüentemente, maior atenção das equipes assistenciais (WHO, 2017). Dentre elas, a alta hospitalar ocupa posição relevante, pois representa um momento crítico do cuidado em que o egresso assume, juntamente com sua família e cuidadores, a responsabilidade de gerir o tratamento (CORREARD F, et al., 2023; RIBEIRO LC, 2020; WHO, 2019).

Boas práticas para o cuidado na transição hospital-domicílio são importantes para prevenir reincidência de internação e agravos aos pacientes decorrentes de problemas relacionados à farmacoterapia (WHO, 2017, 2019). O farmacêutico, em virtude de sua formação acadêmica e conhecimento relativo aos medicamentos, pode contribuir para melhorar os resultados dos cuidados transicionais (URBANCZYK K, et al., 2023).

Todavia, a implementação e execução de serviços clínicos voltados à alta hospitalar abrangem questões complexas que envolvem a disponibilidade de recursos humanos, colaboração interprofissional, alinhamento entre fluxos de trabalho e adequações às necessidades e particularidades das unidades de internação onde os serviços são realizados (FERNANDES BD, et al., 2021; STOLL JT e WEIDMANN AE, 2024). Um artifício cada vez mais empregado nos estudos para otimizar as ações do cuidado farmacêutico voltadas à alta hospitalar é a integração de diferentes serviços.

Quando bem planejada, essa prática pode potencializar os benefícios singulares de cada atividade, amenizar limitações características de cada processo envolvido e facilitar o trabalho colaborativo entre os membros da equipe multiprofissional (AL ABD BM, et al., 2023; COSTELLO J, et al., 2023; STOLL JT e WEIDMANN AE, 2024; WEEDA E, et al., 2023; WHO, 2019). Nessa lógica, propôs-se a discutir, neste artigo, as potencialidades e limitações dos serviços farmacêuticos voltados à transição hospital-domicílio e estratégias para otimizar os resultados do cuidado fundamentadas, principalmente, na integração de serviços.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### Conciliação de medicamentos

A conciliação de medicamentos é o processo formal que conta com a parceria entre pacientes e profissionais de saúde para viabilizar a transferência integral e precisa de informações referentes aos medicamentos nas interfaces de atendimento. Nesse processo, busca-se elaborar a lista mais precisa e completa possível dos agentes farmacológicos que estão sendo utilizados pelo paciente com o intuito principal de prevenir mudanças não intencionais no regime farmacológico durante as transições do cuidado (WHO, 2019). Diferentes fontes, como receituários médicos, medicamentos, prontuários e relatos verbais de pacientes, cuidadores e familiares podem ser utilizadas nesse processo, entretanto, se houver divergência, devem ser consideradas as fontes mais confiáveis (CFF, 2016; WHO, 2019).

As discrepâncias identificadas pelos profissionais do cuidado durante a conciliação são levadas ao conhecimento dos prescritores para averiguar se foram praticadas intencionalmente em razão de necessidades clínicas do paciente. Quando não justificadas, considera-se erro de conciliação (DÁDER MJF, et al., 2019; DALIRI S, et al., 2021).

Embora a responsabilidade de conciliar medicamentos seja mútua entre os membros da equipe multiprofissional, o farmacêutico ocupa papel importante nessa atividade, já que a experiência e o conhecimento relacionado ao uso de medicamentos desse profissional contribuem para os bons resultados do processo (DÁDER MJF, et al., 2019; WHO, 2019). Quando praticado na alta hospitalar, esse serviço pode evitar interrupções inadequadas de tratamentos vigentes na hospitalização e a inclusão inadvertida de medicamentos desnecessários.

Além disso, previne-se a alteração não intencional de doses em relação às praticadas na internação, agregando segurança e efetividade ao tratamento (DALIRI S, et al., 2021; CORREARD F, et al., 2023; RIBEIRO LC, 2020). Estudos apontam que a prática isolada da conciliação de medicamentos apresenta impactos limitados no tempo de hospitalização, taxas de readmissão e/ou morte após a alta hospitalar (ENSING HT, et al., 2015; CORREARD F, et al., 2023). Isso permite considerar que a integração dessa prática a outros serviços de farmácia clínica pode melhorar a evolução pós-hospitalar dos pacientes (AL ABD BM, et al., 2023; COSTELLO J, et al., 2023; WEEDA E, et al., 2023; WHO, 2019).

### Revisão da prescrição

A revisão farmacêutica da prescrição médica na alta hospitalar permite verificar se o referido documento foi elaborado de acordo com as normas vigentes na localidade onde o serviço é prestado; contém todas as informações referentes à farmacoterapia e medidas não farmacológicas pertinentes ao tratamento; informa os dados de identificação do paciente, instituição e prescritor e não reúne medicamentos cuja associação é contraindicada (BRASIL, 2023; CHRISTIANSEN SR, et al., 2008).

Um estudo realizado em centro pediátrico identificou pelo menos 1 erro em 81% das prescrições médicas revisadas pelo farmacêutico na alta hospitalar relacionado principalmente a problemas de identificação dos pacientes, cálculos de dose e seleção de medicamentos (CHRISTIANSEN SR, et al., 2008). Como as falhas muitas vezes decorrem de fatores humanos consequentes de estresse, sobrecarga de trabalho ou escassez de recursos, as instituições estão sujeitas ao erro e precisam preveni-lo através da implementação de medidas que favoreçam o uso racional de medicamentos e a segurança do paciente (WHO, 2017).

A revisão farmacêutica das prescrições de alta hospitalar favorece a segurança, efetividade e continuidade terapêutica na transição hospital-domicílio, interceptando falhas de prescrição e as encaminhando ao responsável para que tome as providências necessárias (BRASIL, 2023; RIBEIRO LC, 2020). Contudo, a realização isolada desse serviço mostra-se limitada para evitar interrupções equivocadas de tratamentos praticados na hospitalização e inclusões inadvertidas de medicamentos desnecessários (BRASIL, 2023)

## Revisão da terapia antimicrobiana

Um dos grandes desafios de saúde que atualmente preocupa especialistas no mundo todo é o aumento da resistência de patógenos aos agentes antimicrobianos. Diferentes fatores, como monitoramento insuficiente, baixa qualidade de medicamentos e exposição populacional a essas substâncias podem contribuir para a seleção de agentes patogênicos resistentes, contudo, o uso inapropriado, com doses ou períodos de tratamento insuficientes, seleção inadequada ou métodos incorretos de utilização, constitui fator determinante nessa conjuntura (ANTIMICROBIAL RESISTANCE COLLABORATORS, 2022; TANG KWK, et al., 2023).

Tal problemática requer a implementação de medidas que favoreçam tanto a redução da utilização indevida como do uso excessivo de antimicrobianos, através de um esforço conjunto que envolva a participação de diferentes atores, como autoridades políticas, gestores, profissionais do cuidado, pacientes e outros grupos sociais, a fim de garantir acessibilidade a produtos farmacêuticos de qualidade, prescrição responsável e uso adequado das referidas substâncias (WHO, 2022). Embora o ambiente hospitalar seja favorável à seleção de cepas resistentes em razão da grande circulação de microrganismos patogênicos e uso de doses elevadas de antimicrobianos em indivíduos debilitados, a maior utilização desses agentes em humanos acontece em cuidados de ambulatório ou comunitários e, por esse motivo, é importante que as ações de enfrentamento à resistência microbiana não se restrinjam aos pacientes internados (PARSELS KA, et al., 2022; SPIGELMYER A, 2023).

Como já exposto, a alta hospitalar retrata um momento de considerável susceptibilidade à ocorrência de problemas relacionados à farmacoterapia consequentes de erros de prescrição, conciliação ou falta de compreensão de pacientes e cuidadores quanto ao tratamento (RIBEIRO LC, 2020). Entretanto, quando as inadequações na transição hospital-domicílio envolvem antimicrobianos, além dos riscos de segurança e inefetividade terapêutica, comuns às outras classes de agentes farmacológicos, agrega-se o risco da seleção de cepas resistentes (SPIGELMYER A, 2023)

Estudos mostram que a escolha inadequada do antimicrobiano, tempo de duração excedente e erros nos cálculos de doses são problemas frequentes nas prescrições de alta hospitalar (PARSELS KA, et al., 2022). O farmacêutico pode ajudar na otimização do tratamento revisando a farmacoterapia antimicrobiana. Um estudo que avaliou a revisão farmacêutica da antibioticoterapia na alta hospitalar constatou que a adequação das prescrições foi consideravelmente maior no segmento contemplado pela intervenção farmacêutica (SPIGELMYER A, 2023).

## Acesso aos medicamentos

Os serviços farmacêuticos de acesso aos medicamentos visam a garantir a acessibilidade do paciente aos agentes farmacológicos necessários ao tratamento e, quando realizados na alta hospitalar, colaboram para a continuidade da terapia pós-hospitalização (FELDMANN JD, et al., 2018; HOVEY SW, et al., 2023). As atividades relacionadas a esses serviços variam de acordo com o modelo de distribuição de medicamentos empregado na transição hospital-domicílio (TAIT LA, et al., 2023). Nos modelos hospitalares, em que os egressos obtêm seus medicamentos durante a alta hospitalar no próprio estabelecimento onde estavam internados, os serviços de acesso a medicamentos são úteis para assegurar que os itens do tratamento farmacológico serão fornecidos aos pacientes em conformidade com a prescrição médica (KATZ DT, et al., 2020; TAIT LA, et al., 2023).

Nos modelos comunitários, em que os pacientes recebem as prescrições no hospital e retiram os medicamentos em estabelecimentos localizados na comunidade, os serviços de acessos aos medicamentos permitem verificar na alta hospitalar se os agentes farmacológicos do plano de continuidade terapêutica foram prescritos em conformidade com as apresentações farmacêuticas disponíveis nos pontos de distribuição e, nos casos em que se exige documentação complementar (formulários específicos, laudos médicos, termos, resultados de exames ou outros), averiguar se o referido material foi emitido e elaborado de acordo com as normas vigentes na localidade em questão (FENG LY, et al., 2020; HOVEY SW, et al., 2023; TAIT LA, et al., 2023; VRANKEN MJM, et al., 2016).

A depender da instituição envolvida e sua infraestrutura, essas práticas podem contar com recursos ou sistemas informatizados (HOVEY SW, et al., 2023). No Brasil, a verificação do acesso e da documentação complementar na alta hospitalar mostra grande relevância. Como o sistema de saúde brasileiro disponibiliza diversos medicamentos gratuitamente, os recém-egressos do hospital podem obter os itens do tratamento domiciliar sem custos, desde que estejam disponíveis na rede gratuita de distribuição. Contudo, a rede é complexa, conta com diferentes pontos de dispensação de medicamentos e muitas vezes requer documentação complementar anexa à prescrição (BRASIL, 2022).

Isso demanda que o paciente ou familiar tenha que se dirigir, conforme o caso, a diferentes locais para adquirir medicamentos e, nesse contexto, os serviços de verificação de acesso e documentação complementar na alta hospitalar facilitam a aquisição dos medicamentos, evitando visitas desnecessárias aos locais de dispensação e inaccessibilidade aos recursos terapêuticos decorrente da elaboração inadequada de documentos ou falta de conformidade entre o tratamento prescrito e as apresentações disponíveis nos estabelecimentos de acesso (HOVEY SW, et al., 2023).

### **Aconselhamento farmacêutico na alta hospitalar**

O aconselhamento farmacêutico visa principalmente a aumentar o conhecimento do paciente em relação aos medicamentos de forma compatível à sua escolaridade, cultura e experiências prévias a fim de capacitá-lo ao exercício adequado do autocuidado, melhorar a adesão ao tratamento, aumentar a efetividade terapêutica e resguardar a segurança (BRASIL, 2015; WHO, 2019). Quando praticado na alta hospitalar, esse serviço pode contribuir positivamente para melhorar os resultados do tratamento pós-hospitalização, contudo, tal prática tende a mostrar melhores resultados em intervenções multifacetadas (CAPIAU A, et al., 2020).

Um quesito necessário ao profissional que realiza o aconselhamento de alta hospitalar é estar a par da proposta terapêutica delineada ao paciente para o qual prestará atendimento. Em razão da própria natureza do serviço, que visa a fornecer informações referentes à farmacoterapia, é habitual que pacientes e acompanhantes aproveitem a presença do farmacêutico para realizar perguntas sobre a função de medicamentos do plano terapêutico.

Como os agentes farmacológicos podem apresentar diversas indicações clínicas, se o farmacêutico não estiver ciente dos reais motivos pelos quais as alterações posológicas foram realizadas e da razão que motivou a prescrição, suspensão ou substituição de cada item do plano terapêutico, corre o risco de fornecer informações imprecisas, pouco necessárias ou passíveis de confundir o paciente (BRASIL, 2015).

Para que isso não aconteça, a comunicação entre os membros da equipe multidisciplinar precisa ser satisfatória. Embora os prontuários e as reuniões multiprofissionais sejam meios importantes de intercomunicação, nenhum registro hospitalar está imune a falhas e as reuniões nem sempre ocorrem em frequência que atenda às necessidades da alta demanda de trabalho, típica das rotinas hospitalares (BRASIL, 2015; COSTELLO J, et al., 2023; ENSING HT, et al., 2015).

As parcerias entre farmacêutico, médico e outros membros da equipe multiprofissional são determinantes para que os cuidados alcancem resultados satisfatórios, logo, é bom que a abordagem farmacêutica ao prescritor e aos outros profissionais seja cordial e busque estabelecer elos de confiança que assegurem a prática colaborativa (COSTELLO J, et al., 2023; ENSING HT, et al., 2015).

Também é pertinente que as instituições de saúde fortaleçam o cuidado interdisciplinar, estabelecendo meios que facilitem a comunicação interprofissional e o alinhamento dos fluxos de trabalho, conscientizando as equipes e estimulando práticas cooperativas que resguardem a segurança do paciente e contribuam para a otimização do tratamento (WHO, 2021). Outra questão importante às ações de aconselhamento envolve os níveis de atenção e compreensão de quem usufrui do serviço. Para que as orientações do farmacêutico sejam colocadas em prática e agreguem benefícios ao tratamento, os indivíduos que as recebem precisam estar mentalmente ativos e em condições de assimilá-las (HOLDFORD DA, 2021).

No momento da alta hospitalar, o egresso, a depender da causa da hospitalização, pode ainda não estar em plenas condições de compreender as recomendações da equipe multiprofissional. Além disso, a

ansiedade de deixar o hospital, que acomete tanto pacientes como acompanhantes, e a necessidade em dividir atenção entre as orientações recebidas e o gerenciamento de assuntos relacionados ao retorno ao domicílio, como guardar os pertences pessoais, avisar familiares ou solicitar transporte, tornam o contexto da alta hospitalar pouco favorável à prática do aconselhamento (DALIRI S, et al., 2019).

Nesse cenário, é pertinente que o farmacêutico empregue estratégias de otimização, como solicitar aos assistidos que repitam verbalmente as recomendações fornecidas (teach-back); elaborar calendários posológicos personalizados e particularizar o aconselhamento às necessidades do paciente, evitando informações em excesso e adequando as orientações à escolaridade, idade e outras características relevantes ao tratamento como polifarmácia, automedicação e má adesão à farmacoterapia (BRASIL, 2015; HOLDFORD DA, 2021; RIBEIRO LC, 2020).

### **Aconselhamento farmacêutico pós-alta hospitalar**

O aconselhamento farmacêutico pós-alta hospitalar visa a verificar, dentre outras questões, se o tratamento pós-internação segue de forma correta; se as recomendações fornecidas no momento do egresso hospitalar foram colocadas em prática; e se os medicamentos do paciente estão em conformidade com a prescrição médica e em plenas condições de uso. Esse serviço normalmente é realizado alguns dias após a alta hospitalar, podendo ser presencial ou à distância (HOVEY SW, et al., 2023).

A ligação telefônica é muito utilizada em estudos que envolvem aconselhamento farmacêutico não presencial, possivelmente, em razão do baixo custo operacional e da comodidade ao usuário que usufrui do serviço sem precisar deslocar-se ao local de atendimento (COSTELLO J, et al., 2023; PEVNICK JM, et al., 2021). Outra alternativa não presencial é a videoconferência, que oferece comodidade semelhante à ligação telefônica e, desde que o paciente possua o aparato necessário, pode usufruir do serviço no local onde estiver.

A interação visual, característica da videoconferência, facilita a interlocução e a compreensão das informações compartilhadas entre paciente e farmacêutico e a aproxima das consultas presenciais (BORBA HHL e CARVALHO DMW, 2023). Um estudo que comparou o emprego dessas duas estratégias não presenciais correlacionou a videoconferência a menores taxas de erros relacionados ao uso de medicamentos (DHARMAR M, et al., 2013).

Embora o atendimento à distância ofereça certa comodidade ao usuário do serviço, essa modalidade está mais vulnerável a problemas de ordem técnica. Além de possíveis falhas de transmissão do sinal ou interferências decorrentes da má qualidade de equipamentos utilizados pelo usuário, o lugar escolhido para receber o serviço, se inadequado, pode dificultar as ações de aconselhamento.

Ambientes susceptíveis a interrupções, com pouca privacidade ou que não possibilitem desvinculação ao menos momentânea das atividades cotidianas do paciente podem lhe gerar constrangimento frente à abordagem de certos assuntos, prejudicar sua atenção, favorecendo que esqueça de prestar informações importantes, e dificultar a compreensão e assimilação das recomendações recebidas. Mesmo que o paciente seja orientado a buscar um lugar apropriado, o profissional que exerce o cuidado não dispõe de controle sobre essa variável (JONES AR, et al., 2023).

Outro meio de intervenção não presencial cada vez mais utilizado nas ações do cuidado são os aplicativos de dispositivos móveis (BORBA HHL e CARVALHO DMW, 2023). Estudos mostram que essa tecnologia costuma favorecer a adesão dos pacientes ao tratamento (THAKKAR J, et al., 2016).

Entretanto, é preciso assegurar que o usuário dispõe dos recursos necessários à utilização do serviço, tais como, internet e smartphone, e que seja capaz de compreender as intervenções que lhe são destinadas. Além disso, os aplicativos precisam ser criteriosamente escolhidos para não sujeitar os pacientes a serviços de qualidade duvidosa (SIEGEL J, et al., 2016; THAKKAR J, et al., 2016).

Quanto à modalidade presencial, é mais comum que ocorra em consultório. Nesses casos, o usuário precisa se deslocar ao local do atendimento, logo, não usufrui da mesma comodidade dos atendimentos não presenciais. Isso impacta principalmente indivíduos com restrição ou dificuldade física de locomoção ou que residem em localidades distantes de onde se oferece o serviço (JONES AR, et al., 2023).

Nos demais aspectos, a consulta presencial oportuniza os mesmos benefícios ofertados por meio de videoconferência e ligação telefônica, além de permitir que o farmacêutico organize os medicamentos do paciente; use etiquetas com pictogramas e/ou correspondência de cores para facilitar a realização do tratamento, principalmente, a pessoas de baixa escolaridade ou necessidades especiais; segregue itens em desuso ou prazo de validade expirado e realize outros procedimentos contemplados no âmbito de sua atuação profissional, respeitando protocolos institucionais e/ou legislação vigente na localidade onde serviço é prestado (BRASIL, 2015).

O atendimento presencial também pode ser realizado através de visita domiciliar, que favorece principalmente os indivíduos com dificuldade física de locomoção, permitindo usufruto de praticamente todos os benefícios ofertados em consultório.

O ambiente residencial também permite observar como os pacientes organizam os medicamentos; identificar problemas de armazenamento inadequado com maior facilidade, incluindo itens que carecem de refrigeração, e compreender melhor a rotina dos pacientes para personalizar as intervenções ao tratamento. Contudo, o custo operacional é relativamente elevado, já que requer um aparato de funcionamento que garanta os recursos humanos e estruturais necessários à realização do serviço (DALIRI S, et al., 2021).

### Integração de serviços farmacêuticos na transição hospital-domicílio

Segundo Stoll JT e Weidmann AE (2024), os padrões de prática farmacêutica voltados à transição do cuidado, que anteriormente visavam a realização de serviços isolados, têm evoluído para uma prática mais holística que acompanha o paciente em diferentes pontos da transição do cuidado. Dados de pesquisas recentes mostram que o emprego de intervenções múltiplas tende a alcançar melhores resultados clínicos que a prática de serviços isolados (AL ABD BM, et al., 2023; COSTELLO J, et al., 2023; WEEDA E, et al., 2023).

Contudo, a integração dos serviços precisa articular as diferentes atividades farmacêuticas de forma viável e estratégica afim de facilitar o trabalho colaborativo entre o profissional farmacêutico e os outros membros da equipe multiprofissional, fortalecer as potencialidades peculiares à singularidade de cada serviço e amenizar suas limitações, com conseqüente otimização dos resultados clínicos dos pacientes. As principais potencialidades e limitações dos serviços farmacêuticos apresentados neste artigo estão listadas de forma sucinta no (Quadro 1).

**Quadro 1** - Principais potencialidades e limitações dos serviços farmacêuticos voltados à prática do cuidado na transição hospital-domicílio.

Serviço farmacêutico	Principais potencialidades	Principais limitações
Conciliação de medicamentos	Permite a identificação e correção de discrepâncias de tratamento não intencionais, resguardando assim a segurança do paciente e contribuindo para que o plano de continuidade terapêutica pós-hospitalização seja efetivo.	Tratamentos prévios (anteriores a hospitalização) podem ser interrompidos desnecessariamente, caso este serviço seja praticado apenas na alta hospitalar.
Revisão da prescrição	Permite avaliar se a prescrição foi elaborada em receituário apropriado, contém todas as informações referentes à farmacoterapia, os dados do paciente, instituição e prescritor e outras orientações necessárias ao tratamento. Quando praticada na alta hospitalar, além de resguardar a segurança do paciente, previne problemas de inefetividade do plano de continuidade terapêutica pós-hospitalização e facilita o acesso na rede de distribuição de medicamentos.	Não possibilita identificar tratamentos que foram interrompidos ou modificados de forma não intencional por desatenção do prescritor.

Revisão da terapia antimicrobiana	Favorece o uso adequado de antimicrobianos visando a reduzir efeitos adversos e toxicidade (segurança do paciente); assegurar a efetividade do tratamento; e prevenir a resistência de agentes patogênicos.	Não possibilita identificar e corrigir falhas de prescrição relacionadas a medicamentos que não pertencem à classe terapêutica dos antimicrobianos.
Acesso aos medicamentos	Permite assegurar ou facilitar o acesso dos pacientes aos recursos farmacológicos necessários ao tratamento. Quando praticado na alta hospitalar, favorece a continuidade da terapia farmacológica pós-hospitalização.	Não exerce influência direta na otimização da terapia farmacológica.
Aconselhamento farmacêutico na alta hospitalar	Contribui para capacitar pacientes e cuidadores a cumprirem adequadamente o plano de continuidade terapêutica pós-hospitalização por meios compatíveis com a escolaridade, cultura e experiências prévias dos envolvidos, a fim de resguardar a segurança do paciente, aumentar a adesão ao tratamento e alcançar melhores resultados terapêuticos.	Caso não seja precedido de outros serviços que resguardem a qualidade e a confiabilidade do plano de continuidade terapêutica, corre-se o risco de sujeitar o paciente a orientações duvidosas.
Aconselhamento farmacêutico pós-alta hospitalar	Resguarda a segurança do paciente e favorece a efetividade do plano de continuidade terapêutica pós-hospitalização, pois permite reforçar orientações concedidas na alta hospitalar; identificar discrepâncias entre a forma de uso relatada pelo paciente e a prescrição médica; checar se os medicamentos do paciente estão em conformidade com a prescrição e encontram-se em condições apropriadas para uso; rastrear sinais e sintomas sugestivos de inefetividade terapêutica, efeitos adversos de medicamentos ou novas necessidades do paciente; identificar dúvidas, dificuldades e outros problemas relacionados ao tratamento domiciliar.	Caso não seja precedido de serviços de alta hospitalar que resguardem a qualidade e a confiabilidade do plano de continuidade terapêutica, corre-se o risco de sujeitar o paciente a orientações duvidosas.

**Fonte:** Ribeiro LC, et al., 2024. Fundamentado em: Ensing HT, et al., 2015; Katz DT, et al., 2020; Parsels KA, et al., 2022.

Embora esta revisão trate da transição hospital-domicílio, os serviços realizados durante a hospitalização servem de base às ações de egresso hospitalar. A abordagem farmacêutica logo que o paciente ingressa na unidade de internação, além de fortalecer as ações do cuidado praticadas durante a hospitalização, também contribui para a alta, disponibilizando ao farmacêutico mais tempo para identificar particularidades e necessidades que carecem de intervenção e tomar as providências necessárias (ROHDE LEP, et al., 2018; WHO, 2019). Ao realizar a conciliação de medicamentos admissional, o farmacêutico evita que certas divergências ou pendências se estendam à alta hospitalar e fica a par de tratamentos farmacológicos que foram temporariamente interrompidos, substituídos ou alterados.

Isso facilita a conciliação de alta e melhora os resultados do processo (DALIRI S, et al., 2019; WHO, 2019). Informações reunidas nas entrevistas de admissão também favorecem os cuidados de alta, pois oportunizam ao farmacêutico conhecer o paciente e suas características (limitações físicas, escolaridade, adesão ao tratamento e outras) para melhor adequar o aconselhamento às condições clínicas e particularidades do assistido (DALIRI S, et al., 2021). Essa adequação é muito importante, uma vez que o paciente, após deixar a unidade de internação, assume junto à família e cuidadores a gestão do próprio tratamento e, conseqüentemente, precisa receber as orientações de forma que seja capaz de compreendê-las.

Entretanto, para que o farmacêutico não baseie suas recomendações em planos terapêuticos inapropriados ou duvidosos, o aconselhamento precisa ser precedido de serviços que possibilitem revisão prévia da proposta terapêutica (CAPIAU A, et al., 2020; WHO, 2019). Para isso, são necessárias ações integradas através das quais o farmacêutico primeiramente analise a proposta terapêutica; encaminhe aos

responsáveis as inconsistências encontradas no plano de tratamento e possíveis sugestões para otimizá-lo; e dirija-se ao paciente para aconselhá-lo somente após estar convicto de que a terapia foi devidamente revisada e submetida às alterações necessárias.

Todavia, isso requer alinhamento entre fluxos de trabalho, pois as prescrições médicas e outras documentações referentes à aquisição de medicamentos precisam estar disponíveis ao farmacêutico com prazo de antecedência suficiente à execução das atividades a fim de evitar atrasos no processo (FERNANDES BD, et al., 2021).

Os serviços de conciliação de medicamentos, revisão das prescrições e da terapia antimicrobiana são indicados para avaliar, corrigir e aprimorar o plano terapêutico (AL ABD BM, et al., 2023; WHO, 2019). E os serviços de acesso a medicamentos, se integrados ao fluxo de atividades, facilitam à aquisição dos recursos terapêuticos necessários à continuidade da terapia pós-hospitalização (HOVEY SW, et al., 2023; TAIT LA, et al., 2023). Essa integração de serviços contribui para otimizar a prática farmacêutica na transição hospital-domicílio, entretanto, por melhor que sejam os cuidados transicionais, não se pode assegurar que o paciente, após deixar o hospital, conseguirá realmente colocar em prática as recomendações que recebeu, ao menos que se ofereça, ao recém-egresso, novo atendimento posterior à alta.

Considerando a sobrecarga de informações direcionadas a pacientes e acompanhantes na alta hospitalar, a responsabilidade de gerir o tratamento pós-hospitalização e possíveis eventualidades, como efeitos adversos e desabastecimentos na rede de distribuição de medicamentos, que podem dificultar a aquisição de medicamentos e a realização do tratamento, é pertinente que esses atores do cuidado disponham de um novo momento pós-hospitalização que consolide e complemente as ações de aconselhamento praticadas ao término na internação (DALIRI S, et al., 2019; HOLDFORD DA, 2021; HOVEY SW, et al., 2023)

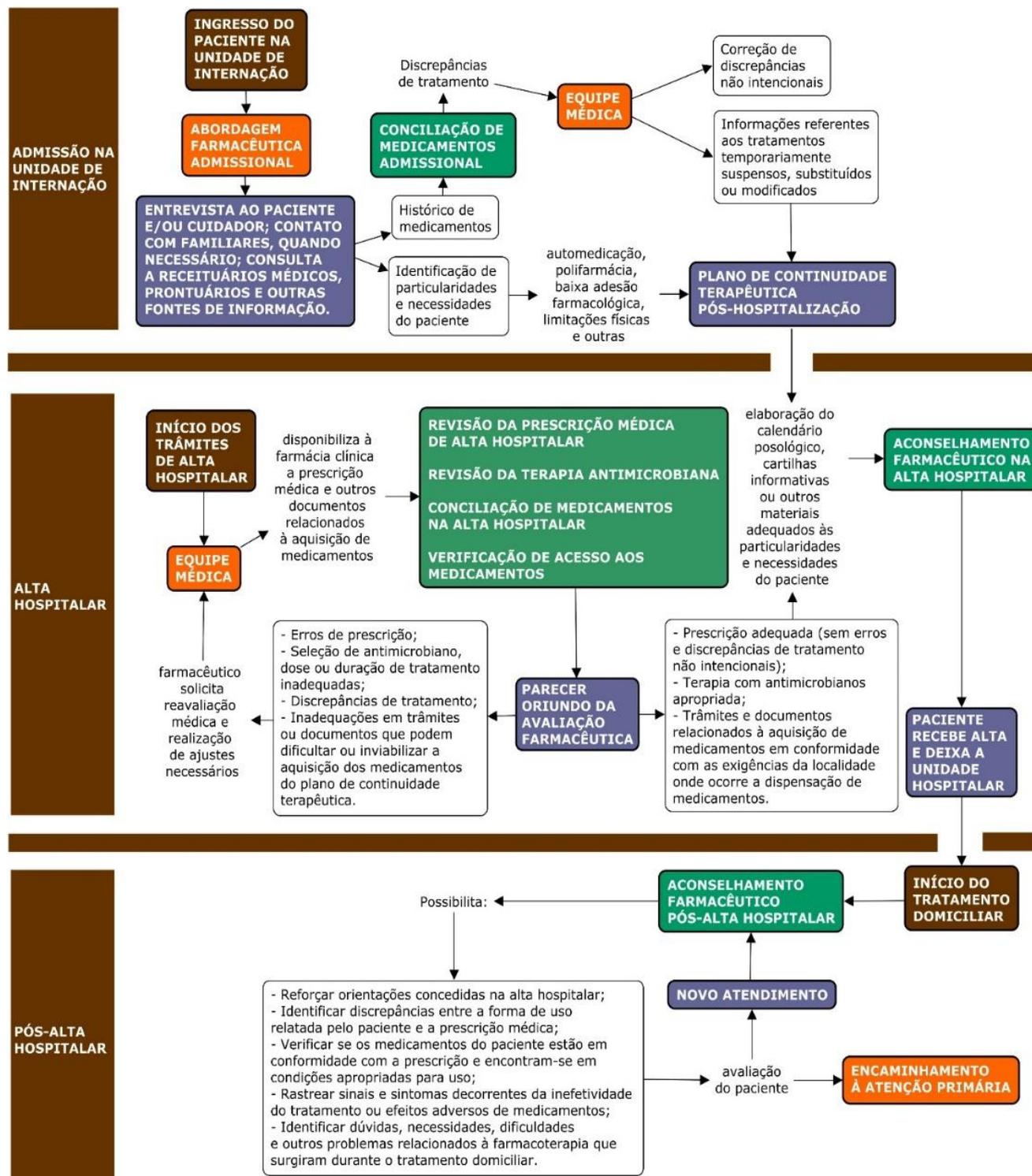
O aconselhamento pós-hospitalização, além de permitir que o paciente esclareça dúvidas e exponha dificuldades, possibilita que o farmacêutico reforce recomendações anteriores; identifique e corrija discrepâncias entre a forma de uso relatada pelo paciente e a prescrição médica através do relato do paciente ou cuidador; cheque se os medicamentos do paciente estão em conformidade com a prescrição e encontrem-se em condições apropriadas ao uso; e ainda pratique cuidados individualizados que favoreçam a adesão ao tratamento e uso correto de medicamentos.

Uma vantagem do atendimento pós-hospitalização são as opções de abordagem, que podem ser presenciais (consultório ou visitas domiciliares) ou não presenciais (telefone, videoconferência ou aplicativos móveis). Essas modalidades oferecem alternativas às necessidades do recém-egresso inerentes à sua condição clínica e recursos institucionais disponíveis (COSTELLO J, et al., 2023; PEVNICK JM, et al., 2021). A figura a seguir ilustra a prática de serviços farmacêuticos integrados estrategicamente em um fluxo de atividades cuja disposição visa a fortalecer potencialidades e minimizar limitações da prática clínica voltada à alta hospitalar (**Figura 1**).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da resistência dos patógenos a antimicrobianos e a crescente prevalência de doenças crônicas numa população mais longeva e propensa a usar cada vez mais medicamentos mostra que o desafio de manejar problemas relacionados à farmacoterapia tende a crescer. Esse contexto evidencia a necessidade de aprimorar as ações do cuidado farmacêutico através de uma prática clínica que seja viável e efetiva para preservar a eficácia dos medicamentos e resguardar a efetividade e segurança do tratamento farmacológico. Esta revisão apresentou uma visão geral de como diferentes serviços podem ser integrados para otimizar os resultados clínicos na transição hospital-domicílio. Espera-se que essa abordagem contribua para a discussão e surgimento de novas perspectivas e propostas que visem à evolução e expansão das práticas de farmácia clínica.

**Figura 1** - Fluxo de atividades que reúne os serviços de conciliação de medicamentos; revisão da prescrição e terapia antimicrobiana; acesso a medicamentos; e aconselhamento de alta hospitalar e pós-hospitalização, articulados numa disposição favorável a resguardar a segurança e a efetividade dos cuidados praticados na transição hospital-domicílio e assegurar ou facilitar o acesso aos medicamentos.



Fonte: Ribeiro LC, et al., 2024.

## REFERÊNCIAS

1. AL ABD BM, et al. Impact of Clinical Pharmacists-driven Bundled Activities from Admission to Discharge on 90-day Hospital Readmissions and Emergency Department Visits. *Oman medical journal*, 2023; 38(6): 566.
2. ANTIMICROBIAL RESISTANCE COLLABORATORS. Global burden of bacterial antimicrobial resistance in 2019: a systematic analysis. *Lancet (London, England)*, 2022; 399(10325): 629–655.
3. BORBA HHL e CARVALHO DMW. Impact of the Fourth Industrial Revolution on clinical pharmaceutical services: A scoping review. *Research in social & administrative pharmacy*, 2023; 19 (2): 235–242.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Cuidado Farmacêutico na Atenção Básica: capacitação para a implantação dos Serviços de Clínica Farmacêutica. Brasília, 2015; 2: 109.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Lista de Medicamentos Essenciais, 2022. Disponível em: <https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RENAME-2022.pdf>. Acessado em: 17 de maio de 2024.
6. BRASIL. Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Ministério da Saúde. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/dahu/pnsp/protocolos-basicos/protocolo-o-seguraca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos.pdf/view>. Acessado em: 19 de março 2024.
7. CAPIAU A, et al. Medication Counselling in Older Patients Prior to Hospital Discharge: A Systematic Review. *Drugs & aging*, 2020; 37(9): 635–655.
8. CFF. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual, 2016. Disponível em: [https://www.cff.org.br/userfiles/Profar\\_Arcabouco\\_TELA\\_FINAL.pdf](https://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf). Acessado em 12 de julho de 2024.
9. CHRISTIANSEN SR, et al. Impact of a prescription review program on the accuracy and safety of discharge prescriptions in a pediatric hospital setting. *The journal of pediatric pharmacology and therapeutics*, 2008; 13(4): 226-232.
10. CORREARD F, et al. Conciliation médicamenteuse: intérêts et limites. *La Revue de medecine interne*, 2023; 44 (9): 479-486.
11. COSTELLO J, et al. The impact of hospital-based post-discharge pharmacist medication review on patient clinical outcomes: A systematic review. *Exploratory research in clinical and social pharmacy*, 2023; 11: 100305.
12. DÁDER MJF, et al. Atenção farmacêutica: serviços farmacêuticos orientados ao paciente. São Paulo: RCN Editora, 2019; 360.
13. DALIRI S, et al. Barriers and facilitators with medication use during the transition from hospital to home: a qualitative study among patients. *BMC Health Services Research*, 2019; 19(204): 1-8.
14. DALIRI S, et al. Longitudinal medication reconciliation at hospital admission, discharge and post-discharge. *Research in Social Administrative Pharmacy*, 2021; 17(4): 677-684.
15. DHARMAR M, et al. Telemedicine consultations and medication errors in rural emergency departments. *Pediatrics*, 2013; 132(6): 1090–1097.
16. ENSING HT, et al. Identifying the Optimal Role for Pharmacists in Care Transitions: A Systematic Review. *Journal of managed care & specialty pharmacy*, 2015; 21(8): 614-36.
17. FELDMANN JD, et al. A community pharmacist-led service to facilitate care transitions and reduce hospital readmissions. *Journal of the American Pharmacists Association*, 2018; 58(1): 36–43.
18. FENG LY, et al. Comparison of legislative management for new psychoactive substances control among Taiwan, South Korea, and Japan. *The Kaohsiung journal of medical sciences*, 2020; 36(2): 135-142.
19. FERNANDES BD, et al. Medication Reconciliation at hospital admission and discharge: Evaluation of fidelity and process outcomes in a real-world setting. *The International Journal clinical practice*, 2021; 75 (10): 14656.
20. HOLDFORD DA. Perspectives on the pharmacist's "product": a narrative review. *Pharmacy practice*, 2021; 19(2): 1-9.
21. HOVEY SW, et al. Pharmacist-Led Discharge Transitions of Care Interventions for Pediatric Patients: A Narrative Review. *The journal of pediatric pharmacology and therapeutics*, 2023; 28(3): 180-191.
22. JONES AR, et al. Bone health in rural Australia: a mixed methods study of consumer needs. *Archives of osteoporosis*, 2023; 1(1): 127.
23. KATZ DT, et al. Timely Delivery of Discharge Medications to Patients' Bedsides: A Patient-centered Quality Improvement Project. *Pediatric quality & safety*, 2020; 5(3): 297.
24. PARSELS KA, et al. Hospital Discharge: An Opportune Time for Antimicrobial Stewardship. *The Annals of pharmacotherapy*, 2022; 56(8): 869–877.

25. PEVNICK JM, et al. Tools and tactics for postdischarge medication management interventions. *American journal of health-system pharmacy*, 2021; 78(7): 619-632.
26. RIBEIRO LC. A importância do cuidado farmacêutico na prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2020; 57: 4058.
27. ROHDE LEP, et al. Diretriz brasileira de insuficiência cardíaca crônica e aguda. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 2018; 111(3): 436-539.
28. SIEGEL J, et al. A feasibility pilot using a mobile personal health assistant (PHA) app to assist stroke patient and caregiver communication after hospital discharge. *MHealth*, 2016; 2(31): 1-5.
29. SPIGELMYER A, et al. Impact of clinical pharmacist discharge prescription review on the appropriateness of antibiotic therapy: a retrospective comparison. *International Journal of Clinical Pharmacy*, 2023; 45(3): 769–773.
30. STOLL JT e WEIDMANN AE. Development of hospital pharmacy services at transition of care points: a scoping review. *European journal of hospital pharmacy: science and practice*, 2024.
31. TAIT LA, et al. Medication supply at hospital discharge via community pharmacy: a quality improvement study. *International Journal of Clinical Pharmacy*, 2023; 45(6): 1309–1316.
32. TANG KWK, et al. Antimicrobial Resistance (AMR). *British journal of biomedical Science*, 2023; 80 (11387): 1-11.
33. THAKKAR J, et al. Mobile Telephone Text Messaging for Medication Adherence in Chronic Disease: A Meta-analysis. *JAMA internal medicine*, 2016; 176(3): 340-349.
34. URBANCZYK K, et al. Recommendations for wider adoption of clinical pharmacy in Central and Eastern Europe in order to optimise pharmacotherapy and improve patient outcomes. *Frontiers in Pharmacology*, 2023.
35. VRANKEN MJM, et al. Barriers to access to opioid medicines: a review of national legislation and regulations of 11 central and eastern European countries. *The Lancet. Oncology*, 2016; 17(1): 13-22.
36. WEEDA E, et al. Impact of Pharmacist-Driven Transitions of Care Interventions on Post-hospital Outcomes Among Patients With Coronary Artery Disease: A Systematic Review. *Journal of pharmacy practice*, 2023; 36(3): 668–678.
37. WHO. Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System (GLASS) Report 2022, 2022. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/364996/9789240062702-eng.pdf?Sequence=1>. Acessado em 16 de maio de 2024.
38. WHO. Global Patient Safety Action Plan 2021-2030: Towards eliminating avoidable harm in health care, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240032705>. Acessado em 06 de maio de 2024.
39. WHO. Global Patient Safety Challenge: Medication Without Harm, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-HIS-SDS-2017.6>. Acessado em: 11 de julho de 2024.
40. WHO. Medication Safety in Transitions of Care, 2019. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/325453/WHO-UHC-SDS-2019.9-eng.pdf?sequence=1>. Acessado em 10 de maio de 2024.